



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8757 - Trabalho Completo - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 03/GT 06 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e Educação Popular

AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

Betania Oliveira Barroso - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Jullyana Cristhina Almeida de Freitas - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente texto é apresentar de que maneira a dimensão crítica presente na obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), de Paulo Freire, pode contribuir para processos de Emancipação Humana, ou seja, de transformação radical do modelo de sociabilidade. Para tanto, considera-se que a análise será pautada em uma experiência vivenciada num movimento de luta popular por terra, em contexto de Educação Popular no campo, a luta da Comunidade Viva Deus, tendo como eixo norteador, a pesquisa de dissertação em andamento, denominada “As contribuições da Educação Popular de Paulo Freire para a Emancipação Humana dos sujeitos da EJA da Comunidade Viva Deus”.

O desenvolvimento da pesquisa está sendo realizado a partir do trabalho de base construído junto a Comunidade Viva Deus, em que atuamos a partir do universo da tríade constituída pelo ensino, pesquisa e extensão por meio do GEPEEP – Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular, desde 2015, o qual funciona a partir do quadro social de analfabetismo existente na Comunidade. Esta é composta, em sua maioria, por trabalhadores e agricultores rurais, em sua maioria, analfabetos. Esses trabalhadores travam uma luta há 16 anos pela titularidade da terra em que ocupam. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa interventiva, prático, orientada por meio da pedagogia freireana e seus colaboradores, dentre outros teóricos.

Para tanto, faz-se necessário recorrer à premissa freireana de que a aprendizagem, em sua totalidade, deve transcender a leitura da palavra para dar significação ao mundo, indo para além da simples codificação e decodificação, a partir da perspectiva de que ensinar, exige a convicção de que toda mudança é possível no sentido de reconhecer a história como possibilidade e não como determinação, conforme apregoa Paulo Freire em *Pedagogia da*

Autonomia (1996).

Num primeiro momento, realizamos uma discussão sobre o conceito de Emancipação Humana, bem como de autonomia a partir da obra *Pedagogia da Autonomia* (1996). Num segundo momento, analisamos as implicações de tais conceitos no movimento de luta desempenhado pela Comunidade Viva Deus, demonstrando que de forma a autonomia pode contribuir para a Emancipação Humana. A reflexão aqui realizada foi pensada e desenvolvida com a finalidade de contribuir para o processo de libertação e autonomia dos sujeitos da Comunidade Viva Deus, num contexto onde reconhecer-se enquanto classe trabalhadora é fundamental.

Não obstante, esperamos, através da reflexão aqui realizada, apresentar a autonomia e a Emancipação Humana, enquanto categorias essenciais para a prática pedagógica educativo-crítica, que tanto contribuem com processos de transformação social. Nesse aspecto, tais categorias evocam a relação ontológica de oprimidos e opressores, na linguagem freireana, que estrutura a sociedade de classes. Assim, o sistema de educação de Paulo Freire, por meio da obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), aponta que é necessária uma ação educativo-crítica comprometida com a responsabilidade ética na prática pedagógica, que coloque os oprimidos numa posição em que sejam protagonistas da própria voz, bem como da própria história. Desse modo, a análise é circunscrita numa linha progressista.

Na Comunidade Viva Deus, lócus da pesquisa que norteia nossa reflexão, é realizada uma proposta de formação voltada para a autonomia e para a Emancipação Humana dentro de um contexto de Educação Popular no campo, contexto esse que demanda uma prática humanizadora e humanizante. Tal demanda ocorre não somente por condizer com a nossa proposta, mas, segundo Freire (1996), por serem demandados pela própria prática educativa em si mesma. Nesse contexto, a reflexão crítica é uma exigência da relação teoria e prática, delineada pela práxis.

2. DESENVOLVIMENTO

A literatura marxista, bem como a literatura contemporânea a ela, aponta que, no âmbito de uma sociedade capitalista, não é possível atingirmos um outro nível de sociabilidade, ou seja, não é possível atingirmos Emancipação Humana. Nesse cenário, é importante ressaltar que não existe modo de produção sem a relação ontológica entre capital e trabalho. Tal relação é pautada pela luta de classes.

Desse modo, a luta de classes se torna um pano de fundo importantíssimo nos processos de transformação social, tendo em vista que não existe capitalismo sem a relação ontológica entre trabalho e capital. Nesse aspecto, o trabalho é a categoria que nos torna humanos e rege o ser social, e, onde existe trabalho, existe possibilidade de transformação. Ou seja, podemos ou não, contribuir para a reprodução do sistema capitalista. Nessa direção, a autonomia na prática educativa é primordial.

Nesse sentido, a perspectiva educativo-crítica presente em *Pedagogia da Autonomia* (1996) aponta didaticamente questões pertinentes ao ato de ensinar, que, em Freire (1996), vemos que é mais que um verbo transitivo-relativo. Desse modo, a proposta educativa pautada pela autonomia, surge para que possamos ter uma formação humana que colabore com a Emancipação Humana, com processos de transformação social e com a educação bancária.

No contexto da Educação Popular no campo, bem como em outros contextos, seja na cidade, no campo, em movimentos sociais diversos ou em qualquer outro coletivo formado pelas classes populares, é necessário haver educadores comprometidos com a reflexão crítica da própria prática pedagógica, para haverem sujeitos autônomos e emancipados, uma vez que

tais conceitos estão intrinsecamente relacionados.

Desse modo, o GEPEEP, grupo de ensino, pesquisa e extensão que norteia a presente reflexão, a partir da proposta educacional desenvolvida na Comunidade Viva Deus, também é formado ao formar, pois:

Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o formador é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador. (FREIRE, 1996, p. 12)

Enquanto sujeitos em formação, educadores populares em constante atuação, nós, enquanto um grupo, também nos assumimos como sujeitos da produção do saber, uma vez que, em Freire (1996), não se trata de transferir conhecimento, mas de criar possibilidades para a construção do mesmo. Assim sendo, não há docência sem a relação Teoria/Prática e nem discência sem docência, onde “as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro” (FREIRE, 1996, p. 12).

Assim, *Pedagogia da Autonomia* (1996) aponta que no contexto educativo-crítico, nenhum sujeito envolvido no processo se reduz a objeto do outro, tendo em vista que ambos são inacabados e históricos enquanto seres. É nesse momento que se funda o processo de conhecer, pois aprender precede ensinar, onde tal prática só ocorre na relação com o outro. Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém.

Nesse aspecto, Freire (1996) pontua que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando bláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 1996, p. 12). Portanto, a reflexão se torna uma necessidade da prática pedagógica, e não da concepção do educador, muito menos de seu posicionamento ideológico. No entanto, é necessário reconhecermos que a educação é ideológica, onde, “na verdade, só ideologicamente posso matar as ideologias, mas é possível que não perceba a natureza ideológica do discurso que fala de sua morte. No fundo, a ideologia tem um poder de persuasão indiscutível” (FREIRE, 1996, p. 48).

Nos processos de luta pela conquista da emancipação humana, autonomia é essencial, uma vez que, parafraseando Freire (1996), o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Ainda, em Freire (1996), “a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. [...] uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 1996, p. 24).

Ou seja, não se pode falar em Emancipação Humana sem abordar o conceito de Autonomia. Nesse sentido,

Emancipar-se exige (com)viver, (inter)agir, trabalhar e criar se guiando por normas próprias, o que implica desvencilhar-se das normas de outro, seja especificamente o patrão que compra a força de trabalho do/a trabalhador/a pagando apenas o mínimo para que a/o trabalhador/a não morra e possa continuar servindo-lhe como mercadoria e produzindo acima de tudo mais-valia, seja obedecendo às normas e leis do modo de produção capitalista imposto pelo capital e pelos capitalistas. (MOREIRA, 2014, p. 67).

A Emancipação Humana, nesse momento, é tomada a partir da ideia de formação de consciência frente a qualquer tipo de opressão, a qual está submetida a sociedade, e onde tal Emancipação está diretamente relacionada a influências filosóficas de base marxista, comprometidas com a construção de outro modelo de sociabilidade. Tais influências possibilitam à Freire, a criação de conceitos essenciais para a compreensão de processos formativos das consciências coletivas, como por exemplo, autonomia. Para Paulo Freire, o importante é priorizarmos as necessidades humanas, e não as do capital, como ocorre.

Dentre os conceitos presentes no sistema freireano de educação, está o de autonomia e o de consciência de classe, que possuem ênfase em processos de humanização, em que sem estes, não é possível haver conscientização, e, conseqüentemente, Emancipação. Não obstante, tais elementos são construídos no processo de ação e reflexão do homem sobre a realidade, ou seja, na práxis política e educativa.

Desse modo, a Emancipação Humana é o caminho para que os homens possam se libertar das amarras da opressão capitalista, e está relacionada ao aprimoramento da consciência humana e à práxis, onde a autonomia colabora para o fortalecimento de práticas humanizadoras no campo da subjetividade humana. Ou seja, a autonomia no cerne da prática pedagógica, serve para problematizar os valores do capital que estão internalizados na subjetividade, pois os sujeitos passarão a enxergar a própria realidade social como possibilidade, e não como determinada.

Nesse sentido, para que a Educação possa contribuir nesse processo, ela deve ser considerada em sua totalidade a partir de uma prática educativa voltada para a transformação social, contemplando todos os espaços de luta popular, não somente no âmbito da educação formal, mas todos os espaços coletivos que pensam e articulam um novo modelo de sociabilidade, a partir da luta da classe trabalhadora. Assim, a filosofia/prática e humanista de Paulo Freire contribui para a formação do homem como ser histórico e reflexivo, que, conseqüentemente, abre um leque de possibilidades emancipatórias.

Autonomia, nesse momento, é apreendida enquanto uma categoria que pertence à prática educativo-progressista, configurada a partir da “inconclusão do ser humano”, de um constante movimento de procura, de uma perspectiva de formação que considera a Educação enquanto totalidade, e que colabora para a emancipação dos “condenados da terra”, uma vez que possui estreita relação com a Ética Universal freireana, que condena a exploração da força de trabalho humano ou quaisquer práticas que soterram o sonho e a utopia.

Desse modo, ao falarmos em autonomia enquanto um exercício da pedagogia que respeita a dignidade do sujeito educando em consonância com um posicionamento ético, também estamos abrindo caminhos à Emancipação Humana do indivíduo. Tendo isso em vista, a autonomia não pode ser pensada e nem construída sem que o educador entenda que, no movimento educativo, a singularidade e a identidade do educando devem ser asseguradas, pois essa garantia, conforme Freire (1996) é um imperativo ético, e desrespeitar a ética não pode receber outra designação que não a transgressão.

Tal processo só é possível de ocorrer por meio de uma reflexão crítica da relação teoria/prática do educador, para que, segundo Freire (1996), não façamos da teoria apenas palavras, e da prática, apenas ativismo. O conceito-chave, nesse momento, é práxis. Sem ela, não é possível garantir a autonomia e a emancipação dos sujeitos. O educador, nesse contexto, deve ser apreendido enquanto um sujeito que também aprende, pois, o processo de ensino e aprendizagem se estende a todos os sujeitos envolvidos no processo. Não obstante, ensinar, em Freire (1996), é mais que verbo-transitivo relativo, pede um objeto direto: quem ensina, ensina alguma coisa; pede um objeto indireto: a alguém, mas também ensinar inexistente sem aprender e aprender inexistente sem ensinar, numa relação dialógica.

A partir do lócus da pesquisa contida no pré-projeto supracitado, é possível identificarmos, através da metodologia praxica de trabalho da Educação Popular, que os sujeitos vão se tornando autônomos por meio dos embates, das lutas políticas, bem como por meio de todos os aspectos que compõem o processo educativo, tendo em vista que se trata de sujeitos que lutam pela regularização fundiária da terra em que ocupam.

O objetivo da formação desenvolvida na comunidade, formação essa em constante diálogo com a processualidade da emancipação humana dos sujeitos, é o de desenvolver a autonomia dos mesmos, visando o alcance de níveis de uma constituição emancipada, a partir de instrumentos metodológicos, também freireanos, como o círculo de cultura, encontros de grupo, das atividades de estudo, debates, reflexões, bem como ações dentro da própria Comunidade.

A autonomia dos sujeitos da Comunidade Viva Deus se constitui como elemento base do processo educativo, tendo em vista que todos os processos formativos, bem como as ações realizadas, dependem inteiramente da participação ativa da Comunidade, pois são dotados de todo o potencial para decidir que caminhos devem trilhar. Assim, a autonomia enquanto um indicador de emancipação, é central em todo o processo, pois, sem a mesma, não há como cumprir o real objetivo de uma Educação realizada junto às classes populares, o de servir de base para a libertação das mesmas.

Pedagogia da Autonomia (1996), demonstra didaticamente elementos essenciais os quais o processo de ensinar exige. Nesse sentido, Freire (1996) afirma que a autonomia vai se constituindo na experiência de inúmeras decisões que vão sendo tomadas no processo, onde podemos avançar na constituição de um outro modelo de sociedade, ou não. Tal pressuposto, inclusive, faz parte da contradição, do movimento histórico e dialético que rege a realidade social, bem como qualquer processo que envolve a complexidade da existência humana.

A Comunidade Viva Deus, por meio do exercício da autonomia e na busca da constituição da Emancipação Humana, é parte do movimento dialético da contradição, pois os sujeitos, em certos momentos, apresentam posicionamento de grupo e de coletividade na resolução dos problemas, mas em outros momentos agem a partir de interesses pessoais que em nada contribui para com a luta coletiva.

Nesse cenário, o agir coletivo também possui papel central na constituição da Emancipação Humana, tendo em vista que as estratégias de luta e resistência só podem ser pensadas e elaboradas coletivamente, uma vez que não há como trabalhar a transformação social sem a participação de seres autônomos, pensantes e emancipados.

O desenvolvimento, a elaboração e a articulação de estratégias de luta, têm em seu cerne, o respeito às necessidades, às possibilidades, às limitações, e, acima de tudo, à autonomia dos educandos. Na busca pela constituição da Emancipação Humana, nesse contexto, a autonomia passa a ser considerada elemento base para toda a formação política dos sujeitos, bem como para a conscientização dos mesmos, sendo ela essencial para a transformação social.

A autonomia enquanto uma categoria que assegura o desenvolvimento pleno dos educandos, é um claro indicador emancipatório, pois contribui para processos de reconhecimento e valorização dos sujeitos para que possam se reconhecer enquanto sujeitos políticos e protagonistas da própria história, superando a condição de oprimidos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões aqui contidas, é possível depreender que a autonomia apresenta

elementos essenciais para a luta da classe trabalhadora, e nos propicia compreender a prática pedagógica, os movimentos de luta popular, seja por terra, educação ou por condições dignas de existência, estão intrinsecamente relacionados. Não obstante, a autonomia também colabora para o desenvolvimento de uma visão totalizante:

Para além da redução ao aspecto estritamente pedagógico e marcado pela natureza política de seu pensamento, Freire, adverte-nos para a necessidade de assumirmos uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização. Para tal o saber-fazer da auto reflexão crítica e o saber-ser da sabedoria exercitados permanentemente, podem nos ajudar a fazer a necessária leitura crítica das verdadeiras causas da degradação humana e da razão de ser do discurso fatalista da globalização.

Assim, ao falarmos em processos de constituição da Emancipação Humana, é essencial falarmos de autonomia. No processo educativo da Comunidade Viva Deus, trabalhamos com a premissa de que “não há docência sem discência”, como afirma Paulo Freire. Todos os envolvidos no processo estão em constante movimento de aprendizagem, pois, como afirma o autor, a relação docência e discência se explicam por si só, e nenhum sujeito pode ser reduzido à objeto do outro.

O GEPEEP, enquanto o grupo de ensino, pesquisa e extensão em educação popular, que forneceu embasamento prático para as questões aqui pensadas e refletidas, também está imerso na proposta de autonomia pensada por Freire (1996), atuando enquanto uma autoridade democrática. Desse modo, forma e é formado por meio de pedagogias do aprender a aprender, ou seja, forma habilidades que oferece subsídios para o sujeito alcançar o próprio processo de libertação, indo contra a lógica de preparação de mão-de-obra para o mercado, mas convidando à uma implicação de sujeitos emancipados, humanizados/humanizadores e transformadores em seus contextos históricos e culturais de vida.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 27ª ed. RJ, Paz e Terra, 1987.

MOREIRA, Gilvander Luís. **Jesus de Nazaré e as CEBs: da Solidariedade à luta por Justiça. Por uma pedagogia emancipatória**, p. 64-74. In: FERRARO, Benedito; DORNELAS, Nelito (Org.). **CEBs: raízes e frutos ontem e hoje**. Goiânia: Scala Editora, 2014.

Palavras-chave: Pedagogia da Autonomia; Emancipação Humana; Educação Popular.